ATIVIDADE LEGISLATIVA E PARLAMENTAR

XII LEGISLATURA

4.ª Sessão Legislativa (15 de setembro de 2014 a 22 de julho de 2015)

VERSÃO PROVISÓRIA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direção de Serviços de Documentação,
Informação e Comunicação

DILP

Divisão de Informação
Legislativa e Parlamentar

1. COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 3
1.1 Composição da AR 3

2. ATIVIDADE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 4
2.1 Atividades da Presidente da Assembleia da República 4
2.2 Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente e Debates 5
2.3 Atividade das Comissões Parlamentares 6
2.3.1 Comissões Especializadas Permanentes e Subcomissões 6
2.3.2 Comissões Eventuais e Comissões Eventuais de Inquérito 7

3. ATIVIDADE LEGISLATIVA 8
3.1 Projetos e Propostas de Lei 8
3.2 Projetos e Propostas de Resolução 11

4. ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO 12
4.1 Apreciações Parlamentares 12
4.2 Moções e Interpelações ao Governo 13
4.3 Perguntas e Requerimentos 14
4.3.1 Perguntas 14
4.3.2 Requerimentos 16
4.4 Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XII/4ª 18
4.5 Inquéritos Parlamentares 19
4.6 Declarações Políticas e Direito Individual do Deputado 20

1. COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1.1 Composição da AR

A 4ª sessão legislativa da XII legislatura teve início no dia 15 de setembro de 2014, tendo a 1ª reunião plenária sido realizada no dia 17 de setembro de 2014.
Face à distribuição dos eleitos em 2011 (61 mulheres e 169 homens), notou-se um acréscimo do número de mulheres a exercer mandato durante a sessão em análise. Efetivamente, a 22 de julho de 2015 eram Deputados efetivos 72 mulheres e 158 homens, o que significou uma percentagem de 31,3% de mulheres a exercer mandato.

Tabela 1
Composição da AR

Autor	Eleitos			Efetivos em 22/07/2015		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
PSD	77	31	108	75	33	108
PS	56	18	74	52	22	74
CDS-PP	19	5	24	18	6	24
PCP	12	2	14	10	4	14
BE	4	4	8	2	6	8
PEV	1	1	2	1	1	2
Total	169	61	230	158	72	230

Gráfico 1
Eleitos por Grupo Parlamentar

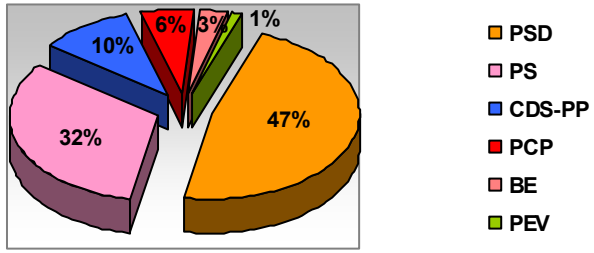


Gráfico 2
Deputados por Género
Eleitos

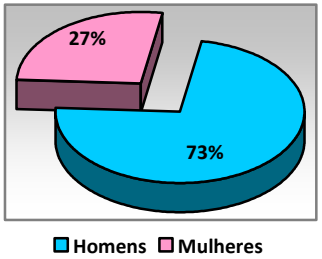
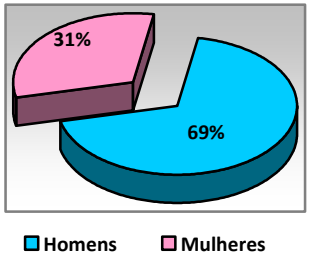


Gráfico 3
Deputados por Género
Efetivos em 22/07/2015



2. ATIVIDADE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2.1 Atividades da Presidente da Assembleia da República

Durante a 4ª sessão legislativa da XII legislatura, a Presidente da Assembleia da República presidiu a 128 reuniões (Plenárias, Conferências de Líderes e de Presidentes das Comissões Parlamentares) e cumpriu um programa com cinco deslocações internacionais em missão parlamentar – destacando-se a participação numa Cerimónia Evocativa da morte de migrantes, em Lampedusa (03.10.2014) e na "marcha republicana", em Paris, com líderes europeus (11.01.2015), bem como a visita oficial à Guiné-Bissau (16.06.2015).

Concedeu ainda 86 audiências a entidades nacionais e estrangeiras. Entre as entidades recebidas pela PAR em audiência, destacam-se autores de petições e de iniciativas legislativas de cidadãos, membros do corpo diplomático acreditado em Portugal, chefes de Estado e de Governo, designadamente o Presidente da República da Indonésia, o Primeiro Ministro de Cabo Verde, o Primeiro Ministro da Tunísia, o Primeiro Ministro do Vietname e o Presidente da República de Moçambique e membros da Comissão Europeia, como Federica Mogherini, Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política da Segurança, Dimitris Avramopoulos, Comissário Europeu responsável pela Migração, Assuntos Internos e Cidadania, Valdis Dombrovskis, Vice-Presidente da Comissão e responsável pela pasta do Euro e do Diálogo Social, e Carlos Moedas, Comissário Europeu para a Investigação, a Ciência e a Inovação.

Tabela 2
Atividades da Presidente da Assembleia da República

Atividades		Nº de Atividades
Presidência de Reuniões (Plenárias, Conferência de Líderes e de Presidentes das Comissões Parlamentares)		128[1]
Audiências a Entidades Nacionais		52[2]
Audiências a Entidades Estrangeiras		34[3]
Deslocação em Missão Parlamentar Nacional		36
Deslocação em Missão Parlamentar Internacional	Multilateral	4
	Bilateral	1
Participação em outros atos na Assembleia da República[4]		34
Total		289

[1] Na XII/4ª decorreram 109 reuniões Plenárias, 18 reuniões da Conferência de Líderes e 1 reunião da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares.
[2] A PAR receberá ainda em audiência o Presidente da Confederação Empresarial de Portugal e o Presidente do Conselho Geral da ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação - a 23 de julho.
[3] A PAR receberá ainda o Presidente do Senegal a 9 de setembro.
[4] Tomadas de posse, comemoração de efemérides, colóquios, divulgação cultural.

2.2 Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente e Debates

Durante a 4ª sessão legislativa da XII legislatura e até 22 de julho de 2015, realizaram-se 109 reuniões plenárias. Entre os debates realizados, assumem especial importância do ponto de vista quantitativo os realizados para debate de iniciativas legislativas, que tiveram lugar em 84 reuniões.
A sessão solene referida na Tabela 3 foi a Sessão Solene Comemorativa do XLI Aniversário do 25 de abril.
A Comissão Permanente, que reúne fora do período de funcionamento da AR, não reuniu.

Tabela 3
Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente e Debates

Reuniões	Tipo	Nº Reuniões	Debates		Nº Debates
Plenárias	Ordinárias	108	Debates com o Governo	Debate do Estado da Nação[5]	1
				Debate Quinzenal com 1º Ministro[6]	14
				Debate com o 1º Ministro antes do Conselho Europeu[7]	3
			Outros Debates	Apreciação de Relatórios	2
				Debate de Atualidade[8]	10
				Debate de Urgência[9]	6
				Debate Temático	4
				Processos Contas Públicas (Conta Geral do Estado e Programa de Estabilidade e Crescimento)	2
			Debates de Iniciativas Legislativas	-	84
	Solenes	1			
Total		109			126

[5] Ao abrigo do artigo 228º do RAR.
[6] Ao abrigo do artigo 224º do RAR.
[7] Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.
[8] Ao abrigo do artigo 72º do RAR.
[9] Ao abrigo do artigo 74º do RAR.

2.3 Atividade das Comissões Parlamentares Permanentes[10]

2.3.1 Comissões Parlamentares Permanentes e Subcomissões

Estiveram em funcionamento 12 comissões permanentes, número fixado obedecendo ao definido legalmente no início da legislatura, por Deliberação do Plenário da AR.
O elevado número de reuniões realizadas (856), bem como as 550 audições efetuadas – número que inclui as audições com membros do Governo e com os responsáveis por entidades públicas e as audições no âmbito do processo legislativo - é revelador da importância do trabalho realizado em comissão.

Tabela 4
Comissões Parlamentares Permanentes e Subcomissões
Reuniões/Horas Reuniões/Audições/Audiências/Visitas e Deslocações/Conferências, Colóquios e Seminários

Nº Comissão	Comissões Permanentes e Subcomissões	Nº Reuniões	Nº Horas Reuniões	Nº Audições	Nº Audiências	Nº Visitas e Deslocações	Nº Conferências, Colóquios e Seminários
1ª	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	85	213:45	58	10	40	6
	Subcomissão de Igualdade	46	30:51	8	3	3	2
2ª	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	48	68:55	17	39	9	0
3ª	Defesa Nacional	42	70:57	23	9	11	1
4ª	Assuntos Europeus	49	98:17	24	17	16	1
5ª	Orçamento, Finanças e Administração Pública	100	323:18	94	29	8	1
6ª	Economia e Obras Públicas	65	189:21	59	4	9	2
7ª	Agricultura e Mar	78	207:46	52	24	6	5
8ª	Educação, Ciência e Cultura	124	230:37	71	43	65	12
9ª	Saúde	48	243:03	63[11]	34[12]	4	1
10ª	Segurança Social e Trabalho	69	109:18	38	26	6	2
11ª	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	57	185:56	22	3	7	0
12ª	Ética, Cidadania e Comunicação	45	83:09	21	6	4	3
Total		856	2055:13	550	247	188	36

[10] Estes dados encontram-se atualizados à data de 22 de julho de 2015.
[11] 43 audições em Comissão; 8 relativas a petições; 12 em grupos de trabalho.
[12] 26 audiências em Comissão ou com Presidente e alguns Deputados (inclui uma a 23 de julho em que a Presidente recebe a Delegação do Parlamento da Guiné Bissau); 8 em grupos de trabalho.

2.3.2 Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito

Na 4ª sessão da XII legislatura funcionaram três comissões eventuais de inquérito – a Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II) (CPIPRAEM), a X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate (XCPITCamarate) e a Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo (CPIBES), as quais concluíram os seus trabalhos no decurso da sessão.
A Comissão Eventual de Revisão Constitucional foi constituída pela Deliberação n.º 5-PL/2014, de 20 de setembro, tendo funcionado até ao dia 4 de novembro do mesmo ano.
A Comissão de Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal encerrou os seus trabalhos no decurso desta sessão, em 25 de setembro de 2014.

Tabela 5
Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito
Reuniões/Horas Reuniões/Audições/Audiências

Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito		Nº Reuniões	Nº Horas Reuniões	Nº Audições	Nº Audiências
Eventuais	Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal	2	1:00	-	-
	Comissão Eventual para a Revisão Constitucional	4	3:58	-	-
Eventuais de Inquérito	Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo	72[13]	303:47	55	-
	X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate	12	63:39	31	-
	Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II)	7	19:18	2	-
Total		97	390:62	88	-

[13] 59 reuniões de Comissão e 13 reuniões de mesa e coordenadores.

3. ATIVIDADE LEGISLATIVA

3.1 Projetos e Propostas de Lei

Foram publicadas 87 leis e 8 leis orgânicas. Dos 168 projetos de lei transitados da sessão anterior para a presente sessão e 403 entrados durante a mesma, 41 deram origem a lei. Das 36 propostas de lei transitadas da sessão anterior para a presente sessão e 98 entradas durante a mesma, 63 deram origem a lei.

O número total de iniciativas entradas nesta sessão – 501 -, de iniciativas que deram origem a lei – 104 – e de leis publicadas – 95 – representa um aumento significativo em relação ao número total dos registos relativos ao período homólogo da sessão anterior – 271, 63 e 57, respetivamente, o que é revelador de uma intensificação acentuada dos trabalhos parlamentares no âmbito do processo legislativo.

Deram entrada duas iniciativas legislativas de cidadãos, uma com o objetivo de "proibir o abate indiscriminado de animais pelas câmaras municipais, instituir uma politica de controlo das populações de animais errantes e estabelecer condições adicionais para criação e venda de animais de companhia" e outra visando aprovar a "lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer", que se juntaram a uma transitada da sessão anterior sobre "proteção dos direitos individuais e comuns à Água", que foi entretanto rejeitada em votação na generalidade ainda no início da sessão (10.10.2014)

O veto registado na tabela diz respeito ao Decreto n.º 320/XII (Segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada), o qual foi devolvido à Assembleia da República sem promulgação pelo Presidente da República. Após reapreciação pelo Plenário, foi confirmado por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, nos termos do n. º 2 do artigo 136.º da CRP, convertendo-se na Lei n.º 49/2015, de 6 de junho.

Tabela 6
Projetos e Propostas de Lei

Iniciativas	Autor	Transitadas para XII/4ª	Entradas XII/4ª	Discutidas Generalidade	Aprovadas Votação Generalidade	Rejeitadas Votação Generalidade	Aprovadas Votação Final Global	Veto PR	Iniciativas deram origem a Lei	Leis
Projeto de Revisão Constitucional	PSD[14]	1	-	-	-	-	-	-	-	95[15]
	CDS-PP[14]	1	-	-	-	-	-	-	-	
	Total	2	-	-	-	-	-	-	-	
Projetos de Lei	PSD	9[16]	1	-	2	-	4	-	2	
	PSD/PS	-	1	1	1	-	1	-	-	
	PSD/PS/CDS-PP	-	3	2	2	-	2	-	2	
	PSD/PS/CDS-PP/BE	-	1	-	1	-	1	-	-	
	PSD/CDS-PP	12	37	29	46	-	45	-	20	
	PS	29[17]	56[17]	43	25	33[17]	26	-	10	
	CDS-PP	4	1[14]	-	1	1	2	-	1	
	PCP	76	202[17]	57	9	54	11	-	3	
	BE	31[17]	81	74	13	64	11	-	1	
	PEV	6	14	14	1	13	1	-	-	
	Todos GP	-	4	3	4	1	4	-	2	
	Iniciativa Legislativa Cidadãos	1	2	2	1	1	1	-	-	
	Total	168	403	225	106	167	109	-	41	
Propostas de Lei	Governo	16	93	98	98	-	109	1	59	
	ALRA Açores	9[17]	2	7	4	2	4	-	4	
	ALRA Madeira[18]	11	3	5	-	-	-	-	-	
	Total	36	98	110	102	2	113	1	63	
Total		206	501	335	208	169	222	1	104	

[14] Estas iniciativas foram apresentadas: PRC 1/XII/3 pelos Deputados Guilherme Silva, Cláudia Monteiro de Aguiar, Correia de Jesus e Hugo Velosa (PSD), PRC 2/XII/3 pelo Dep. Rui Barreto (CDS-PP), PJL 751/XII/4 (CDS-PP) pelo Dep. Ribeiro e Castro (CDS-PP).
[15] Inclui 8 Leis Orgânicas.
[16] Foram retiradas pelos autores as seguintes iniciativas: os PJL 138/XII/1 (PSD), 59/XII/1 (PS), 649/XII/4 (PS), 666/XII/4 (PS), 865/XII/4 (PCP), 26/XII/1 (BE), e a PPL 188/XII/2 (ALRA Açores).
[17] O PJL 778/XII/4 (PS) foi rejeitado e aprovado na Generalidade um Texto de Substituição.
[18] As PPL apresentadas pela ALRAM caducaram em 2015-04-19.

Gráfico 4
PJL Entradas na XII/4ª

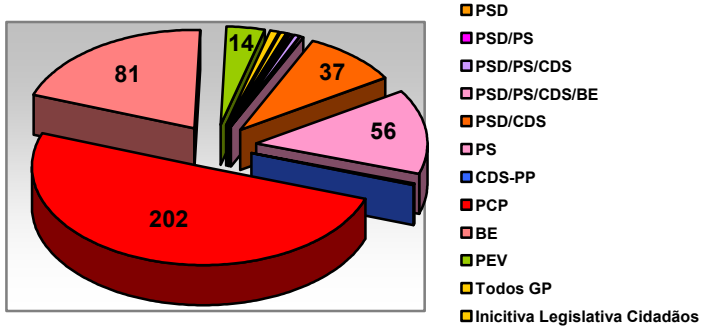


Gráfico 5
PJL Aprovadas em VG na XII/4ª

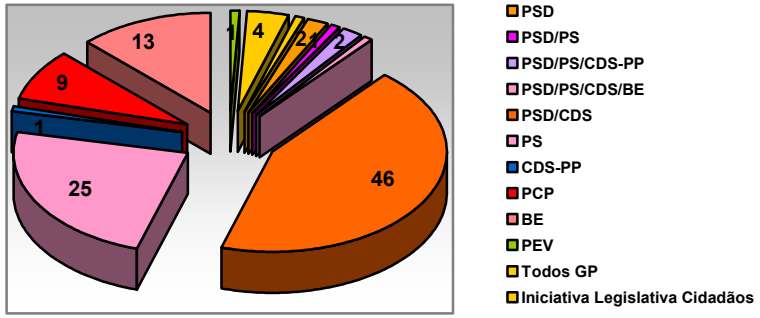


Gráfico 6
PJL Aprovadas em VFG na XII/4ª

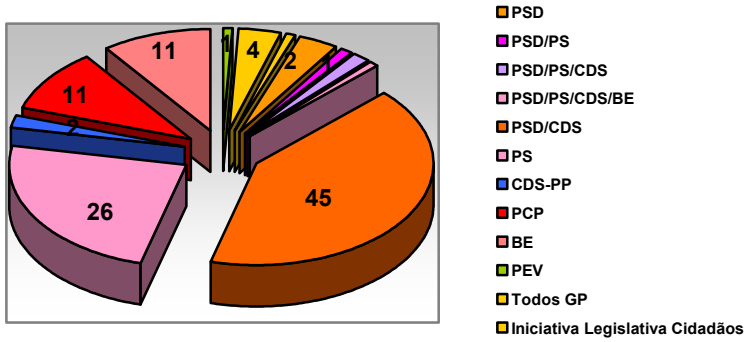
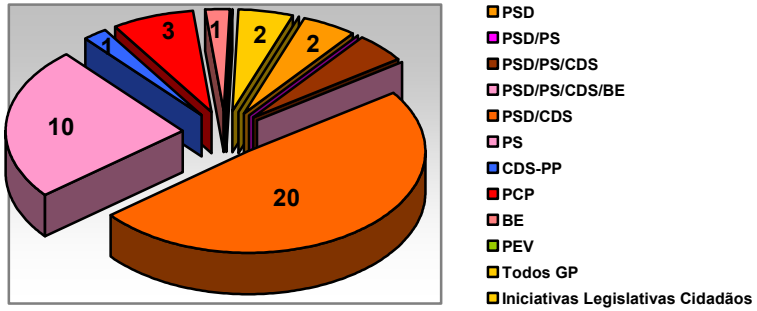


Gráfico 7
PJL que deram origem a Lei na XII/4ª



3.2 Projetos e Propostas de Resolução

A Constituição define, no artigo 166.º, resolução como o ato da AR que não revista a forma de lei ou moção e determina que as resoluções são publicadas independentemente de promulgação. Foram apresentados na presente sessão 507 projetos e propostas de resolução, os quais, conjuntamente com os 141 transitados da sessão anterior, deram origem a 133 resoluções. Esta sessão legislativa fica também marcada por um aumento relevante no número de resoluções apresentadas e aprovadas, já que na sessão anterior tinham sido apresentadas 292 iniciativas deste tipo e aprovadas 110.

Tabela 7
Projetos e Propostas de Resolução

Iniciativas	Autor	Transitadas para XII/4ª	Entradas na XII/4ª	Rejeitadas	Aprovadas	Iniciativas que deram origem a Resolução	Resoluções AR
Projetos de Resolução	PAR	-	11	-	11	10	133
	PSD	5	6	-	7	7	
	PSD/PS/CDS-PP	-	4	-	4	4	
	PSD/CDS-PP	4	32	-	33	19	
	PS	14[19]	89[20]	69	22	17	
	CDS-PP	11	6	-	6	5	
	PCP	44	153[21]	143	16	10	
	BE	48[22]	124[23]	119	11	10	
	PEV	4	44	38	6	6	
	Todos GP	-	4	-	4	4	
	CAE	-	3	-	3	3	
	Total	130	476	369	123	95	
Propostas de Resolução	Governo[24]	11	31	-	41	33	
	Total	11	31	-	41	33	
Outros Processos que dão origem a Resolução	Designação de Titulares de Cargos Exteriores AR[25]					3	
	Apreciação Orçamento e Conta da AR					4	
	Conta Geral do Estado					1	
	Inquérito Parlamentar					1	
	Total					9	
Total		141	507	369	164	137	

[19] Os PJR 443/XII/1, 444/XII/1 e 729/XII/2 foram retirados.
[20] Os PJR 1246/XII/4 e 1288/XII/4 foram retirados.
[21] O PJR 1422/XII/4 foi retirado.
[22] O PJR 1053/XII/3 foi retirado.
[23] Os PJR 1114/XII/4 e 1526/XII/4 foram retirados.
[24] Todas as Propostas de Resolução de iniciativa governamental visaram aprovar Acordos, Convenções, Protocolos ou Tratados Internacionais.
[25] Eleições para o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, do Presidente do Conselho Económico e Social, e de um juiz para o Tribunal Constitucional.

4. ACTIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

4.1 Apreciações Parlamentares

A Constituição determina, no n.º 1 do artigo 169.º, que os decretos-leis, salvo os aprovados no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo, podem ser submetidos a apreciação da AR, para efeitos de cessação de vigência ou de alteração. Com esse propósito, na presente sessão, foram apresentadas 47 apreciações parlamentares, que se juntaram às 16 transitadas da sessão legislativa anterior. Deste total, foram apreciadas em Plenário 35 iniciativas deste tipo, das quais uma foi aprovada.

A apreciação parlamentar aprovada foi a Apreciação Parlamentar n.º 123/XII/4ª (Decreto-Lei n.º 172-A/2014 que altera, ao abrigo e no desenvolvimento da Lei n.º 30/2013 - Lei de Bases da Economia Social de 8 de maio, o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 9/85, de 9 de janeiro, 89/85, de 1 de abril, 402/85, de 11 de outubro, e 29/86, de 19 de fevereiro), do PS, a qual, após promulgação, foi enviada para publicação no dia 21 de julho de 2015.

Tabela 8
Apreciações Parlamentares

Autor	Transitadas para XII/4ª	Entradas XII/4ª	Caducadas	Apreciadas Plenário	Aprovadas	Leis
PSD	-	-	-	-	-	-
PS	13	10	19	17	1	
CDS-PP	-	-	-	-	-	
PCP	3	37	31	18	-	
BE	-	-	-	-	-	
PEV	-	-	-	-	-	
Total	16	47	50	35	1	

4.2 Moções e Interpelações ao Governo

Na 4ª sessão da XII legislatura, não foram apresentadas moções de confiança ou de censura.

De acordo com o estabelecido na Constituição e no RAR, cada GP pode provocar, por meio de interpelação ao Governo, a abertura de dois debates em cada sessão legislativa sobre assuntos de política geral ou sectorial. Nesta sessão legislativa, realizaram-se cinco interpelações, seguindo-se a indicação dos respetivos temas e GP que as desencadearam: sobre "Precariedade laboral" (BE), centrada "na continuação da política da troica pelo Governo e na afirmação da política alternativa e das soluções para o país" (PCP), sobre "Destruição da oferta pública de transportes" (BE), sobre "Combate ao empobrecimento, por uma política alternativa de justiça na distribuição de rendimentos" (PCP), sobre "Combate à pobreza e promoção da igualdade de oportunidades" (PS).

Tabela 9
Moções e Interpelações ao Governo

	Interpelações	Moções Confiança			Moções Censura		
Autor	Entradas	Entradas	Aprovadas	Rejeitadas	Entradas	Aprovadas	Rejeitadas
Governo	-	-	-	-	-	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-	-
PS	1	-	-	-	-	-	-
CDS-PP	-	-	-	-	-	-	-
PCP	2	-	-	-	-	-	-
BE	2	-	-	-	-	-	-
PEV	-	-	-	-	-	-	-
Total	5	0	0	0	0	0	0

4.3 Perguntas e Requerimentos[26]

O poder dos Deputados de "requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato" encontra-se consagrado no art.º 156.º da Constituição. O Governo e Administração Pública devem responder com a urgência que a questão justificar, não devendo a resposta exceder os 30 dias.

4.3.1 Perguntas

Das 705 perguntas transitadas das sessões legislativas anteriores, foram respondidas 284 durante esta sessão, o que representa uma taxa de resposta de 40%.
Durante a sessão em apreço e até 21 de julho, foram formuladas pelos diversos GP 2897 perguntas, tendo sido respondidas 1163. A taxa de resposta cifra-se assim nos 40%, valor significativamente mais baixo do que a taxa registada na sessão legislativa anterior, de 52%.

Tabela 10
Perguntas Transitadas para a XII/4ª e Formuladas na XII/4ª

Autor	Transitadas para a XII/4ª	Respondidas na XII/4ª	Não Respondidas na XII/4ª	Formuladas na XII/4ª	Respondidas na XII/4ª	Não Respondidas na XII/4ª	Retiradas/ Devolvidas na XII/4ª
PSD	57	26	31	113	50	62	1
PSD/PS/CDS-PP/PCP/BE	-	-	-	10	9	1	-
PSD/PS/CDS-PP/PCP/BE/PEV	-	-	-	1	1	0	-
PSD/CDS-PP	-	-	-	4	1	3	-
PS	201	45	156	388	200	183	5
CDS-PP	40	24	16	73	31	41	1
PCP	240	134	106	861	412	436	13
BE	149	43	106	1372	424	937	11
PEV	18	12	6	75	35	40	-
Total	705	284	421	2897	1163	1703	31

[26] Estes dados encontram-se atualizados à data de 21 de julho de 2015.

Gráfico 10
Perguntas Formuladas na XII/4ª

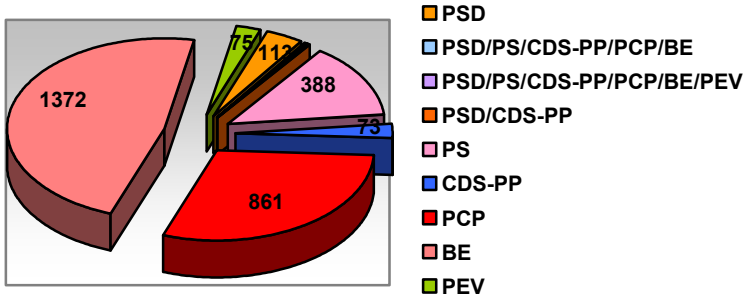
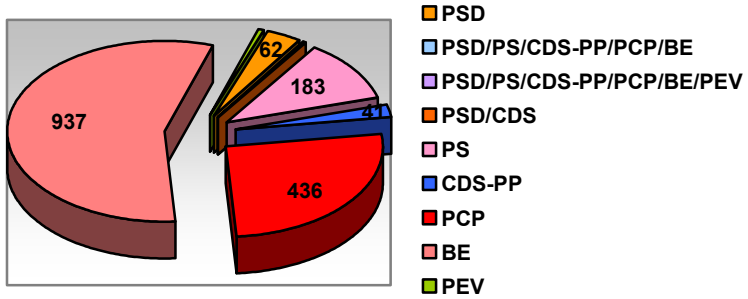


Gráfico 11
Perguntas Formuladas na XII/4ª e Não Respondidas



4.3.2 Requerimentos

Os requerimentos são classificados segundo a entidade a que se destinam em: AC- Ao Governo/Administração Central; AL – A Órgãos das Autarquias Locais; AR - A Órgãos da Assembleia da República; EI - A Entidades Independentes; RA – A Órgãos das Regiões Autónomas.

Transitaram das sessões legislativas anteriores 3542 requerimentos, tendo 60 merecido resposta.

Tabela 11

Requerimentos Transitados para a XII/4ª

	Transitados para a XII/4ª						Respondidos na XII/4ª						Não Respondidos na XII/4ª					
Autor	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total
PSD	5	8	1	-	-	14	2	-	-	-	-	2	3	8	1	-	-	12
PS	15	9	33	-	2	59	-	-	21	-	-	21	15	9	12	-	2	38
CDS-PP	-	503	-	-	-	503	-	25	-	-	-	25	-	478	-	-	-	478
PCP	25	-	-	-	-	25	5	-	-	-	-	5	20	-	-	-	-	20
BE	35	2899	5	-	-	2939	3	2	1	-	-	6	32	2897	4	-	-	2933
PEV	2	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1
Total	82	3419	39	-	2	3542	11	27	22	-	-	60	71	3392	17	-	2	3482

Foram formulados nesta sessão legislativa 144 requerimentos AC, 609 AL, 35 EI, 0 AR e 1 RA num total de 789. Destes, foram respondidos 71 AC, 38 AL e 16 EI num total de 125, o que representa uma taxa de resposta na ordem dos 15%. Ao longo desta legislatura, a taxa de resposta aos requerimentos tem vindo a descer de forma muito significativa, tendo passado de 64% na 1ª sessão legislativa, 39,3% na 2ª sessão legislativa e 18% na 3ª sessão legislativa para os 15% agora registados. Este abaixamento ocorre sobretudo por influência da diminuta taxa de resposta registada nos requerimentos AL, que se cifrou nos 6% na sessão legislativa em análise, e da elevada proporção deste tipo de requerimentos em relação aos demais.

Tabela 12
Requerimentos Formulados na XII/4ª

	Formulados na XII/4ª						Respondidos na XII/4ª						Não Respondidos XII/4ª						Retirados/Devolvidos
Autor	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	-
PSD	1	576	4	-	-	581	-	27	1	-	-	28	1	549	3	-	-	553	-
PSD/CDS-PP	-	2	-	-	-	2	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
PS	29	-	29	-	1	59	16	-	13	-	-	29	9	-	16	-	1	26	4
CDS-PP	38	28	-	-	-	66	38	8	-	-	-	46	-	19	-	-	-	19	1
PCP	26	-	-	-	-	26	8	-	-	-	-	8	18	-	-	-	-	18	-
BE	49	3	2	-	-	54	9	1	2	-	-	12	40	2	-	-	-	42	-
PEV	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
Total	144	609	35	-	1	789	71	38	16	-	-	125	69	570	19	-	1	659	5

Gráfico 12
Requerimentos Formulados na XII/4ª

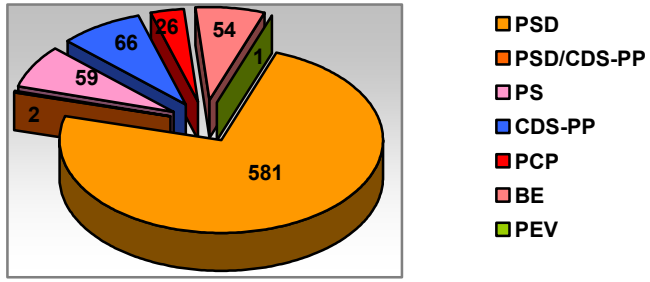
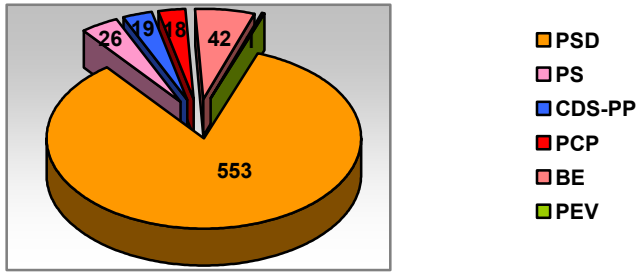


Gráfico 13
Requerimentos Formulados na XII/4ª e Não Respondidos



4.4 Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XII/4ª

Deram entrada 119 petições, valor praticamente idêntico ao registado em período homólogo da sessão legislativa anterior (117), que se juntaram a outras 85 transitadas para a presente sessão. Do somatório destes dois conjuntos de petições, 67 foram discutidas em Plenário, tendo ficado 64 petições pendentes.

Tabela 13

Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XII/4ª

Legislatura	Transitadas para a XII/4ª	Entradas na XII/4ª	Concluídas na XII/4ª		Pendentes na XII/4ª
			Total	Discutidas Plenário	
XI Legislatura	1	-	1	1	-
XII Legislatura / 1ª Sessão	4	-	2	1	2
XII Legislatura / 2ª Sessão	14	-	9	4	5
XII Legislatura / 3ª Sessão	66	-	51	35	15
XII Legislatura / 4ª Sessão	-	119	77	26	42
Total	85	119	139	67	64

4.5 Inquéritos Parlamentares

Durante a 4ª Sessão, foi aprovada a resolução que determinou a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, na sequência de iniciativa do PCP (Resolução da Assembleia da República n.º 83/2014, de 1 de outubro), cujos trabalhos iniciaram em 9 de outubro de 2014 e foram concluídos em 8 de maio de 2015.
Foram também concluídos os inquéritos que se encontravam em curso no início da sessão: aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II), em 17 de outubro de 2014, e à tragédia de Camarate, em 3 de julho de 2015.
Sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito na sessão em apreço, consultar o ponto 2.3.2.

Tabela 14
Inquéritos Parlamentares

Autor	Transitados para XII/4ª	Entrados na XII/4ª	Aprovados	Rejeitados	Resolução AR	Concluídos
PSD	-	-	-	-	-	-
PSD/CDS-PP	1	-	-	-	-	1
PS	1	-	-	-	-	1
CDS-PP	-	-	-	-	-	-
PCP	1	-	-	-	1	1
BE	-	-	-	-	-	-
PEV	-	-	-	-	-	-
Total	3	-	-	-	1	3

4.6 Declarações Políticas e Direito Individual do Deputado

Cada GP tem direito a produzir, semanalmente, uma declaração política, devendo comunicar essa intenção à mesa até ao início da respetiva reunião. Nesta sessão legislativa, foram produzidas 78 declarações políticas, número muito inferior ao registado em período homólogo da sessão anterior – 133.

O Direito Individual de Deputado foi exercido por duas vezes, ambas no Plenário do dia 3 de julho de 2015, pela Deputada Gabriela Canavilhas (PS), sobre as medidas de austeridade aplicadas pelo atual Governo, e pelo Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP), sobre o território fronteiriço de Olivença.

Tabela 15
Declarações Políticas e Direito Individual do Deputado

Autor	Declarações Políticas[27]	Direito Individual do Deputado[28]
PSD	15	-
PS	16	1
CDS-PP	14	1
PCP	15	-
BE	16	-
PEV	2	-
Total	78	2

[27] Ao abrigo da alínea a) do n.º 112 do artigo 76º do RAR.
[28] Ao abrigo do n.º 2 do artigo 76º do RAR.

QUADRO DE CORRESPONDÊNCIAS DE SIGLAS UTILIZADAS

AC	**- Administração Central**
ALRA	**- Assembleia Legislativa da Região Autónoma**
AL	**- Administração Local**
AP	**- Administração Pública**
AR	**- Assembleia da República**
BE	**- Bloco de Esquerda**
CDS-PP	**- Centro Democrático e Social / Partido Popular**
DEP.	**- Deputado**
DR	**- Diário da República**
EI.	**- Entidade Independente**
ENT.	**- Entidade**
GP	**- Grupos Parlamentares**
LEG.	**- Legislatura**
PAR	**- Presidente da Assembleia da República**
PJL	**- Projeto de Lei**
PJR	**- Projeto de Resolução**
PPR	**- Proposta de Resolução**
PPL	**- Proposta de Lei**
PEV	**- Partido Ecologista "Os Verdes"**
PCP	**- Partido Comunista Português**
PSD	**- Partido Social-Democrata**
PS	**- Partido Socialista**
PR	**- Presidente da República**
PRC	**- Projeto de Revisão Constitucional**
R.	**- Reuniões**
RA	**- Região Autónoma**
RAR	**- Regimento da Assembleia da República**
VD	**- Votação Deliberação**
VG	**- Votação Generalidade**
VFG	**- Votação Final Global**

Ficha Técnica

Para a generalidade das tabelas foi utilizada a Base de Dados Atividade Parlamentar. Foram ainda utilizadas em complemento as seguintes fontes:

- Tabela 1 - Base de Dados Atividade Parlamentar;
- Tabela 2 - Gabinete da Presidente da Assembleia da República;
- Tabelas 4 e 5 - Divisão de Apoio às Comissões.

Título:
Actividade Legislativa e Parlamentar*: *XII Legislatura / 4.ª Sessão Legislativa (15 de Setembro de 2014 a 22 de Julho de 2015).

Documento elaborado por:
Dalila Maulide, Graciette Dias, Rui Brito, Teresa Abraúl e Teresa Meneses.

Capa:
Nuno Timóteo.

Data de Publicação:
Julho de 2015.